

Figueira da Foz

REGIÃO DAS BEIRAS

# Justiça não pode ser “bode expiatório” da política

**Cândida Almeida** Problemas do século XXI são combatidos com “ferramentas do século XIX”, afirma



**Cândida Almeida** rodeada por elementos do ISCAC e do Casino Figueira

**Bela Coutinho**

Contesta a «funeralização da culpa» e a «judicialização da política», defende acerrimamente o segredo de justiça «por causa da investigação, mas também para proteger os direitos dos cidadãos» e garante que os atrasos nos tribunais, geralmente, não são por culpa dos magistrados. Cândida Almeida esteve no Casino a falar sobre “O papel económico e social da justiça nos últimos 40 anos” no âmbito do ciclo de conferências “Utopias XXI”, uma parceria daquele espaço com o ISCAC/Coimbra.

A ex-coordenadora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), falou do conceito de justiça, do que mudou após o 25 de Abril, nas suas expectativas e desejos. Mas acima de tudo, centrou-se na criminalidade económica, o seu “cavalão de batalha”, recordando que a perseguição a esse sector da sociedade ficou a dever-se ao

Ministério Público «mas quando o magistrado precisou de ajuda, foi deixado só», disse, aludindo à falta de «formação, peritos, técnicos, meios. Aferimento é do século XIX e os problemas do século XXI e o poder político encontra um bode expiatório: a morosidade processual».

A procuradora-geral adjunta do Supremo Tribunal de Jus-

**Cândida Almeida defendeu a criação de um “gabinete de imprensa”, para uma formação fidedigna**

tiça frisou que a criminalidade económica é «organizada, sem fronteiras e com muito poder económico» e lamentou o “excesso” de legislação que se tornou «um frenesim, caótica, impossível de dominar. Antes era oriunda sobretudo da Assembleia da República, agora todos a fazem, sai incompleta, com lacunas, às vezes sem conclusão ou contraditória. E neste

momento que mais se exigia legislação pensada, vemos que todos os dias são feitas leis adequadas a cada um».

Essa «confusão», de leis leva a “indefinições” com «a polícia a querer ser Ministério Público, o Ministério Público a querer ser juiz ou o juiz a querer ser Ministério Público e polícia», o que provoca «situações degradantes, de morosidade, de transgressões». Cândida Almeida também afastou a ideia «que se quer fazer passar» de que «a morosidade processual afasta o investimento. Não é verdade», disse, sublinhando que os cidadãos cada vez recorrem mais aos tribunais, o que demonstra que acreditam na justiça. A magistrada, apresentada pelo responsável pelo ISCAC, Manuel Castelo Branco, como mulher «que fala para lá do politicamente correcto», falou para uma plateia interessada, mas onde os figueirense não estavam em maioria. A 6 de Maio o convidado é secretário-geral da UGT. <